

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025**

Ilustríssimo Senhor pregoeiro e equipe técnica do Centro de Licitações do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

A Inteligate Tecnologias de Acesso LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.493.063/0001-80, com sede na Avenida São Gabriel, 481, na cidade de Colombo, estado de Paraná, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no artigo 164, inciso I da lei 14.133/2021, à presença de (Vossa Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor

***IMPUGNAÇÃO,***

contra as disposições do Edital nº 90026/2025, publicado pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, apresentando no articulado as razões de sua irresignação, com fundamento na ilegalidade e/ou inconformidade das cláusulas e condições estabelecidas, as quais afetam diretamente a isonomia e a competitividade do certame, violando os princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas.

**I – DOS FATOS SUBJACENTES**

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a presente licitação tem como objeto a “Registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição e instalação de equipamentos, com reconhecimento facial, para controle de acesso de magistrados, servidores e demais usuários da Justiça Eleitoral, nos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, localizados na capital do estado”.

Cumpre informar que a Impugnante, ao analisar o edital, identificou vícios que restringem indevidamente a concorrência e ferem os princípios da isonomia, legalidade e eficiência que regem as licitações públicas. O edital, estabelece para os itens 1 e 2 (catracas de acesso comum e PCD), uma lista de especificações altamente restritivas, muitas das quais correspondem exatamente às características técnicas do modelo MDC-7703 (e PCD), da marca Madis, conforme registro de tela do catálogo anexado a seguir. Além disso, o edital apresenta nomes de referência de outra marca (Dimep), porém anexa imagens do equipamento da Madis, gerando contradição e evidente direcionamento.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A Impugnante, com fundamento nos dispositivos legais e na jurisprudência pátria, apresenta as razões que justificam a presente impugnação, demonstrando que o edital em questão viola princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas, em especial os da isonomia, competitividade, impessoalidade e economicidade. A seguir, detalham-se os vícios identificados:

### **Preferência explícita por um fabricante - Direcionamento técnico**

Após análise minuciosa, foi constatado que diversas características do edital coincidem palavra por palavra com as descrições comerciais da Madis, modelo MDC-7703, como:

- *tampo superior em acrílico e espelho em aço inox escovado AISI 304;*
- *estrutura interna formada por chapas de aço-carbono com mínimo de 1,0mm de espessura, pintado em tinta epóxi pó na cor preta;*
- *revestimento em chapa de aço inox escovado AISI 304 com mínimo 1,2 mm de espessura;*
- *circuito baseado em microcontrolador, tecnologia de 32 bits, velocidade de processamento 120 MHz.*

Todos estes dados constam exatamente igual no catálogo da Madis MDC-7703, como demonstrado no registro de captura de tela abaixo:

## MDC 7703

### CARACTERÍSTICAS

- >> Pictogramas indicativos com confirmação visual para liberação do acesso;
- >> Pictogramas luminosos do logotipo;
- >> Pictogramas direcionais por fita de LEDs (verde/ verde em sentido de passagem bidirecional e verde/ vermelho em sentido de passagem unidirecional);
- >> Liberação de acesso acionado por cartões de proximidade ou biometria;
- >> Até 100.000 credenciais;
- >> Até 200.000 templates (digitais) no modo 1:1 em Real Time (100.000 pessoas); >> Até 220.000 registros em armazenamento;
- >> Circuito baseado em Microcontrolador, tecnologia 32 bits Arm Cortex M3;
- >> Velocidade de processamento 120 MHz;
- >> Memória flash de armazenamento de registros e listas;
- >> Sentido de passagem configurável podendo ser bidirecional ou unidirecional;
- >> Permite uso de botoeira (entrada, saída ou ambos), configurável;
- >> Comunicação Online e/ou Off-line (No modo real time, em caso de queda de comunicação registra os eventos na memória do equipamento e quando retorna a comunicação o sistema coleta os registros para o banco de dados do software de gerenciamento automaticamente);
- >> Equipamento compatível com o software MD Acesso.

### CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

- >> Ambientes internos e protegidos contra intempéries;
- >> Temperatura de trabalho: -10 a 50°C.

### OPÇÕES:

  
 FACIAL

  
 PROXIMIDADE

  
 QR CODE

  
 BIOMETRIA


### CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS

- >> Tampa superior em acrílico 10mm e espelho em aço inox escovado AISI 304;
- >> Estrutura interna formada por chapas de aço carbono com 1,2mm de espessura pintado com tinta epóxi pó preta;
- >> Revestimento em chapa de aço inox escovado AISI 304 com 1,2mm de espessura.

### ALIMENTAÇÃO

- >> Entrada 100-240Vac, 50-60Hz
- >> Disjuntor 2P 10A

## MODELOS

  
 PASSAGEM SIMPLES

  
 PASSAGEM PCD

## DIMENSÕES





Abaixo, o registro de captura de tela dos “Modelos de referência”, retirado do edital:

#### MODELOS DE REFERÊNCIA:

CATRACA BAP FANCY LINE COM TRÊS BRAÇOS SEM URNA- DIMEP  
 (G055B26000QR)



CATRACA BAP FANCY LINE PCD-DIMEP (G055B26201)



Assim, o “Modelo de referência” previsto no edital não é apenas uma referência, mas sim o único equipamento capaz de atender integralmente os requisitos. Tal exigência contraria o princípio da ampla concorrência, previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como os arts. 3º e 12 da Lei nº 14.133/2021, que determinam que as especificações técnicas devem ser impessoais e permitir a competição justa.

Como destacado por Marçal Justen Filho:

*É essencial que a licitação seja um procedimento orientado por critérios objetivos, sendo ilícita a adoção de cláusulas ou quaisquer práticas que, de modo parcial ou total, restrinjam, afetem ou dificultem ilegitimamente a competição.*

Após pesquisa de mercado envolvendo as mais diversas marcas fabricantes de equipamentos de catracas e objetos de controle de acesso, constatou-se que nenhum fabricante possui catraca que atenda simultaneamente todos os itens impostos, especialmente a composição estrutural exata. Isto torna a licitação tecnicamente dirigida, impedindo a participação ampla.

A jurisprudência do TCU, por meio do Acórdão nº 1.753/2008-Plenário e da Súmula nº 247, reforça que a Administração Pública não pode adotar cláusulas que restrinjam a participação de licitantes, sob pena de frustrar o interesse público. A exigência em questão, além de limitar o número de participantes, direciona o certame a um fabricante específico, ferindo a competitividade e a isonomia.

### **Indicação simultânea de equipamentos de marcas diferentes**

O edital descreve como referência:

*Catraca BAP Fancy Line com três braços – Dimep  
(G055B26000QR)  
Catraca BAP Fancy Line PCD – Dimep  
(G055B26201)*

Essa contradição reforça que o certame possui ausência de padronização técnica, elevado risco de confusão e inadequação do objeto.

A contradição, visivelmente imposta pelo edital, além de ferir os princípios da isonomia e da competitividade, prejudica o interesse público, que deve sempre buscar a melhor proposta técnica e economicamente vantajosa. A jurisprudência do TJ/SP, no Agravo de Instrumento nº 635.534-5/0-00, é clara ao afirmar que a Administração não pode vincular a prestação de serviços ou fornecimento de produtos a condições que restrinjam excessivamente o número de licitantes, sob

pena de comprometer o interesse público. Tais exigências não apenas limita a participação de outras empresas, mas também impede a oferta de soluções mais modernas e eficientes, em desacordo com o princípio da eficiência que deve reger a atuação da Administração Pública.

### **Impossibilidade de propor soluções superiores**

A exigência de que os equipamentos atendam exatamente todas as características retiradas de um único modelo em específico, impede a apresentação de alternativas tecnológicas mais eficientes ou inovadoras. Isso contraria o princípio da economicidade, já que a Administração Pública pode estar deixando de adquirir soluções mais vantajosas do ponto de vista técnico e financeiro.

A exigência em questão, além de desproporcional, não possui nexo de pertinência lógica com o objeto da licitação, configurando um vício insanável.

### **III – DO PEDIDO**

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se respeitosamente o provimento da presente impugnação, com efeito para que seja **impugnado** o edital em questão, em razão dos vícios apontados, que violam os princípios da isonomia, competitividade, impessoalidade e economicidade, os quais impedem a realização de um certame justo, competitivo e em conformidade com os princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas. conforme fundamentado no corpo desta impugnação.

Em caso de prosperar outro entendimento por parte deste Digno Presidente da Comissão de Licitação, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93 e o art. 19 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pelo provimento do presente pedido de impugnação, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas. A Impugnante confia na sensibilidade desta Digna Comissão de Licitação para reconhecer os vícios apontados e declarar a impugnação do edital, garantindo a observância dos princípios que regem a Administração Pública.

Nesses termos, espera deferimento.



Colombo, 02 de dezembro de 2025.

Inteligate Tecnologias de Acesso Ltda.  
Av. São Gabriel 481, Campo Pequeno  
83404-000 Colombo/PR  
CNPJ: 10.493.063/0001-80  
IE-90722738-31  
IM-38115  
Fone: +55 (41) 3055-2091

FABIO  
SANTOS DE  
SIQUEIRA:1  
239706383  
2

Assinado de forma  
digital por FABIO  
SANTOS DE  
SIQUEIRA:1239706  
3832  
Dados: 2025.12.02  
15:55:14 -03'00'

---

**Fábio Santos de Siqueira**  
**CPF: 123.970.638-32**  
**RG: 21.431.514-9**  
**Procurador**

À Comissão de Licitação

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90026/2025

**V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.231.792/0001-17, com sede na Rua Azevedo Soares, nº 172, Vila Gomes Cardim – São Paulo/SP, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com base nos fundamentos que passa a expor:

#### **I. DA TEMPESTIVIDADE**

O aviso de licitação para o Pregão Eletrônico nº 90026/2025, com abertura da sessão pública prevista para o dia **12 de dezembro de 2025**, encontra-se publicado.

Conforme o art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e a Seção XX, item 20.1 do Edital, o prazo para impugnação é de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

Considerando que o presente protocolo ocorre dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis que antecedem a data do certame, a presente Impugnação é manifestamente **TEMPESTIVA** e merece ser conhecida e apreciada.

#### **II. DOS FATOS**

O presente certame visa ao Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de equipamentos para controle de acesso, incluindo catracas, leitores faciais e softwares de gerenciamento.

Ocorre que, da análise detida do Anexo I (Termo de Referência) e do Anexo A (Especificações e Modelos de Referência), notadamente nas descrições técnicas detalhadas e na seção de Modelos de Referência, verificou-se a presença de exigências que, inequivocamente,



configuram direcionamento e inviabilizam a participação de fabricantes diversos, senão de um único: a marca **DIMEP**.

As restrições à competitividade são evidenciadas por:

1. **Referência Direta à Marca e Modelos na Seção "Modelos de Referência" (Anexo A):** A citação expressa de produtos de um único fabricante, como "CATRACA BAP FANCY LINE COM TRÊS BRAÇOS SEM URNA- DIMEP (G055B26000QR)", "LEITOR FACE ACESS S-DIMEP (G05504680)", e "SOFTWARE DMP ACESS II-DIMEP", indica uma clara preferência e serve como balizador excludente para o mercado.

2. **Reprodução de Descrições Técnicas Proprietárias:** Constata-se que diversas descrições técnicas exigidas para os equipamentos e, principalmente, para o *software* de gerenciamento (ITEM 3 do Anexo A), reproduzem fielmente especificações e funcionalidades presentes em sites e materiais comerciais da marca já referenciada. Tal detalhamento, que ultrapassa os requisitos mínimos de desempenho e funcionalidade, torna impossível o enquadramento de soluções de outros fornecedores, ainda que perfeitamente capazes de atender à necessidade da Contratante.

3. **Restrição Indevida à Competitividade do Certame:** O conjunto das especificações técnicas detalhadas e as referências a uma única marca restringem de forma significativa e injustificada o universo de licitantes, permitindo, na prática, a participação exclusiva da marca **DIMEP** e seus revendedores, em evidente prejuízo aos princípios básicos que regem as licitações.

### **III. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

O edital, na forma em que se encontra, fere frontalmente diversos preceitos legais e constitucionais que regem as contratações públicas, em especial a Lei nº 14.133/2021.

#### ***III.1. Da Violação aos Princípios da Isonomia, Impessoalidade e Competitividade***

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 37, XXI, a regra da ampla competição nas licitações. Em consonância, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, exige a observância dos princípios da **isonomia**, da **impessoalidade**, e da **competitividade**, entre outros.





A restrição imposta no Termo de Referência contraria, sobretudo, o objetivo primordial do processo licitatório, previsto no **Art. 11, inciso II**, da Lei nº 14.133/2021:

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: (...)*

*II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a **justa competição**;”*

O ato de descrever o objeto com detalhes que remetem diretamente a um único fabricante, como constatado no Anexo A, configura o que a doutrina e a jurisprudência chamam de **direcionamento de marca**, violando o caráter competitivo do certame.

### **III.2. Da Vedação à Indicação de Marca e Modelo Específico**

O Edital de Licitações Públicas deve focar em requisitos de desempenho e funcionalidade, e não em características específicas de um produto exclusivo, salvo em situações estritamente excepcionais e justificadas, o que não se verifica nos autos.

A vedação legal à exigência de marca ou especificação exclusiva está disposta no **Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, que prevê:

*“Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*

*I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:*

*a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*

*b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;*

*c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;*

*d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;”*

A inclusão de modelos específicos de um único fabricante (**DIMEP**) na seção **Modelos de Referência** (Anexo A) e a reprodução de características técnicas proprietárias **não se enquadram em nenhuma das hipóteses excepcionais listadas acima**, nem foram acompanhadas da devida e robusta justificação técnica nos autos do processo, conforme exigido pela Lei.

No presente caso, o mercado oferece diversas soluções de controle de acesso (catracas, leitores faciais e softwares) que atendem integralmente à necessidade do TRE-BA, tornando injustificável a reprodução de especificações exclusivas de um único fornecedor ou o direcionamento implícito à marca DIMEP.

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui entendimento consolidado (ex. Acórdão nº 1214/2013 – Plenário) de que não é admissível especificação que restrinja a competição sem justificativa técnica.

A manutenção da redação atual, ao invés de buscar a melhor proposta, concentra o objeto em um único fabricante, frustrando o objetivo legal de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **IV. DO PEDIDO**

Diante do exposto e com fundamento nos dispositivos legais e constitucionais citados, requer-se a Vossa Senhoria o acolhimento da presente Impugnação para que seja determinado o seguinte:

1. **A Retificação Imediata do Edital**, notadamente do Anexo I (Termo de Referência) e do Anexo A (Especificações e Modelos de Referência), para que sejam **suprimidas todas e quaisquer referências diretas ou implícitas à marca DIMEP ou a modelos específicos**, bem como sejam **revisadas e adequadas as descrições técnicas** para requisitos genéricos de **desempenho e funcionalidades mínimas**, de modo a permitir a ampla participação de todos os fabricantes de soluções técnica e funcionalmente equivalentes no mercado.
2. **Abertura de Novo Prazo para Apresentação de Propostas**, em caso de acolhimento da Impugnação, sob pena de nulidade do certame.



Requer-se, por fim, que seja dada a devida publicidade à decisão desta Impugnação.

Nestes termos,

Nestes termos,  
Pede deferimento.

São Paulo, 05 de dezembro de 2025.

VALTER JOAO  
DESIDERIO  
JUNIOR:105512908  
11

Digitally signed by  
VALTER JOAO DESIDERIO  
JUNIOR:10551290811  
Date: 2025.12.05 16:58:03  
-03'00'

---

**V2 INTEGRADORA DE SOLUCOES LTDA**  
**Valter João Desidério Júnior**  
RG: 19.822.963

---

**Pregão Eletrônico Nº 90026/2025 - Pedido de Esclarecimento**

---

**De :** assessorialeticiabastos  
<assessorialeticiabastos@gmail.com>

ter., 09 de dez. de 2025 22:49

**Assunto :** Pregão Eletrônico Nº 90026/2025 - Pedido de Esclarecimento

**Para :** gsconceicao@tre-ba.jus.br

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

---

Prezados,

Trata-se de solicitação de esclarecimento sobre a referida licitação cujo objeto refere-se à REGISTRO DE PREÇOS visando a eventual aquisição e instalação de equipamentos, com reconhecimento facial, para controle de acesso de magistrados, servidores e demais usuários da Justiça Eleitoral, nos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, localizados na capital do estado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Considerando que o edital exige que a tampa do equipamento seja em acrílico com espelho em aço inox, solicito esclarecimento sobre a necessidade técnica dessa combinação específica de materiais. Tal característica aparenta ser exclusiva do fabricante Dimep, enquanto outros fabricantes do mercado utilizam tampas em acrílico, ABS ou totalmente em inox, sem prejuízo funcional.

Dessa forma, questiona-se: qual a justificativa técnica para a exigência dessa característica estética, tendo em vista que ela não interfere no desempenho do equipamento, e considerando que a robustez já está assegurada pela especificação do uso de aço inox 304, independentemente da composição estética da tampa?

Adicionalmente, o edital estabelece a necessidade de comunicação Ethernet 10/100/1000 (Gigabit), requisito que também restringe a participação de vários fabricantes, embora o tráfego de dados de controle de acesso não demande comunicação Gigabit, sendo plenamente atendido por interfaces 10/100. Assim, solicita-se esclarecimento quanto à justificativa técnica para essa exigência específica, visando garantir ampla competitividade no certame.

Solicitamos confirmação de recebimento.

Atenciosamente,

---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**DECISÃO nº 3641851 / 2025 - PRE/DG/ASSED**

Tramitam os autos para apreciação de impugnações ao edital do Pregão Eletrônico n.º 900026/2025, formulada empresas INTELIGATE TECNOLOGIAS DE ACESSO LTDA, V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA e ASSESSORIA LETÍCIA BASTOS, documentos n.ºs 3627923, 3638528 e 3639779.

Tratando-se de impugnações referentes à especificação do objeto, o NUP submeteu à análise da área demandante, que se manifestou em documentos n.ºs 3634397 e 3637562.

O Pregoeiro se pronunciou no documento n.º 3636265.

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, ao enfrentar a matéria, pronunciou-se em Parecer n.º 567/2025, documento n.º 3639261, pelo acolhimento das impugnações, nos termos a seguir indicados:

[...]

10. Pois bem. Voltando a atenção para a especificação dos bens, ora questionada pelas empresas, inclusive a que apenas pediu esclarecimentos, forçoso reconhecer um **aparente excesso de informações**. Neste ponto, da leitura aos *links* disponibilizados pela ASSEGIN, no doc. n.º 3637562, esta unidade de assessoramento igualmente reconhece não ter identificado, **com tamanho nível de detalhamento**, as descrições ora vistas no ato convocatório, fato que merece especial atenção. Sequer conseguimos confirmar, ou mesmo negar, que nas descrições feitas nesta Casa aparecem **informações meramente estéticas**, como sugerido e relatado acima

10.1. Em outra vertente, no que diz respeito à citação de *marca referencial*, também questionada pelas Impugnantes, **afirmamos da legitimidade da medida**, já vista usualmente em licitações deflagradas pela Administração Pública e atualmente prevista na nova lei de licitações. Em verdade, desde 2016, o TCU admitiu a prática, de modo excepcional e condicionada ao preenchimento de alguns requisitos (Acórdão 113/2026 - Plenário).

11. Neste ponto, cumpre trazer, então, da Lei n.º 14133/2021, as seguintes disposições:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - **especificação do produto**, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, **observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança**;

(...)

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - **indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado**, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) **quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;**"

(grifos nossos)

11.1. Portanto, permanece, mesmo após o advento da nova lei de licitações, a vedação à indicação de marcas, apenas se admitindo para fins de padronização; em razão de obrigatoria compatibilidade; por ser a única a atender às necessidades da Administração e, por último, como forma de melhor identificar as características do bem, servindo a citação apenas como referencial a ser seguido pelas licitantes, que não estarão impedidas de ofertar outras marcas. Ademais, **a vedação abarcará também a descrição que apenas seja atendida por uma única marca**, situação ora aventada pelas empresas.

12. Em verdade, para guardar consonância com as normas e orientações vigentes, ao se especificar os bens, é preciso ter cuidado, pois a *"definição não deve contemplar especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes, sob risco de frustrar ou limitar indevidamente o caráter competitivo da licitação, podendo até direcionar a licitação para fornecedor específico"*, nos termos expressamente vistos no Manual do TCU, em sua edição mais atual (tópico 4.3.1 - *Definição do objeto*).

13. Evidentemente, **a análise referida pelo Pregoeiro** (*"... manifesto pela análise do setor técnico que tenha expertise do objeto licitado"* - doc. nº 3636265 ) **não competiria a esta Assessoria Jurídica.**

13.1. Porém, à vista da lei e, ainda, da manifestação da unidade demandante, notadamente daquela feita em caráter complementar (doc. nº 3637562), julgamos que as impugnações somente não seriam acolhidas se, **inequivocadamente, restasse comprovado que mais de uma marca atenderia plenamente às especificações do edital e, ainda, restasse afirmado da essencialidade de todos aqueles itens/atributos, caso poucas marcas atendessem.**

13.2. Afinal, paira uma sensação de que, para os equipamentos em questão, **será relevante** a oferta de produtos nos seguintes termos: *"catracas de controle de acesso com reconhecimento facial, leitores múltiplos, estrutura em aço inox e integração a software de gestão"* (doc. nº 3637562, parte final).

14. Ante todo o exposto, opinamos, *ad cautelam*, pelo **acolhimento das Impugnações** contidas nos docs. nºs. docs. nºs. 3627923, 3638528 e 3639779, a fim de que o ato convocatório seja alterado, recomendando-se, ainda, que a Administração proceda à reavaliação das especificações do objeto, de modo a afastar qualquer descrição que se dirija exclusivamente para marca específica, antes da feitura de nova documentação, atentando-se, na ocasião, para a definição *concisa, clara e objetiva*, e descartadas, por outro lado, informações *específicas, desnecessárias ou irrelevantes*. (grifos originais)

Deste modo, lastreado no parecer ASJUR1 nº 567/2025, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa nº 27/2024, **conheço das impugnações** ao Edital do Pregão nº 90026/2025, apresentadas pelas empresas INTELIGATE TECNOLOGIAS DE ACESSO LTDA, V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA e ASSESSORIA LETÍCIA BASTOS, e, no mérito, **julgo as mesmas procedentes.**

Assim, encaminhe-se, simultaneamente:

- ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para ciência e providências devidas, inclusive notificar as impugnantes da decisão proferida e publicação da decisão.
- à ASSEGIN, para conhecimento atentando-se para as recomendações contidas no supracitado parecer, bem como adequações que entender necessárias no Termo de Referência, conforme indicado no tópico 14 do

opinativo jurídico.

- à SGA, para ciência do inteiro teor do inteiro teor do referido parecer.

**RAIMUNDO VIEIRA**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 12/12/2025, às 12:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3641851** e o código CRC **A685992C**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0007761-23.2025.6.05.8000  
**INTERESSADO** : NUP  
**ASSUNTO** : Impugnação. Pregão Eletrônico n.º 90026/2025.

**PARECER nº 567 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1**

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, para apreciação das Impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90026/2025, apresentadas pelas empresas INTELIGATE TECNOLOGIAS DE ACESSO LTDA e V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA (docs. n.ºs. 3627923 e 3638528).

2. As impugnações versam em torno da mesma temática, vez que as duas empresas sustentam a existência de detalhes contidos nas especificações do objeto e que estariam direcionando a aquisição para específica marca dos equipamentos e, ainda, contradições nas descrições feitas no ato convocatório, notadamente quando cita *marca de referência* mas traz imagem correspondente a equipamento de fabricante diverso.

3. A empresa INTELIGATE TECNOLOGIAS DE ACESSO LTDA, dentre outras coisas, afirma:

"Cumpre informar que a Impugnante, ao analisar o edital, identificou vícios que restringem indevidamente a concorrência e ferem os princípios da isonomia, legalidade e eficiência que regem as licitações públicas. O edital, estabelece para os itens 1 e 2 (catracas de acesso comum e PCD), uma lista de especificações altamente restritivas, muitas das quais correspondem exatamente às características técnicas do modelo MDC-7703 (e PCD), da marca Madis, conforme registro de tela do catálogo anexado a seguir. Além disso, o edital apresenta nomes de referência de outra marca (Dimep), porém anexa imagens do equipamento da Madis, gerando contradição e evidente direcionamento.

(...)

Após análise minuciosa, foi constatado que diversas características do edital coincidem palavra por palavra com as descrições comerciais da Madis, modelo MDC-7703, como:

*tampo superior em acrílico e espelho em aço inox escovado AISI 304;*

*estrutura interna formada por chapas de aço-carbono com mínimo de 1,0mm de espessura, pintado em tinta epóxi pó na cor preta;*

*revestimento em chapa de aço inox escovado AISI 304 com mínimo 1,2 mm de espessura;*

*circuito baseado em microcontrolador, tecnologia de 32 bits, velocidade de processamento 120 MHz.*

Todos estes dados constam exatamente igual no catálogo da Madis MDC-7703, como demonstrado no registro de captura de tela abaixo:

(...)

Assim, o “Modelo de referência” previsto no edital não é apenas uma referência, mas sim o único equipamento capaz de atender integralmente os requisitos. Tal exigência contraria o princípio da ampla concorrência, previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como os arts. 3º e 12 da Lei nº 14.133/2021, que determinam que as especificações técnicas devem ser impessoais e permitir a competição justa.

### **Indicação simultânea de equipamentos de marcas diferentes**

O edital descreve como referência:

Catraca BAP Fancy Line com três braços – Dimep (G055B26000QR)  
Catraca BAP Fancy Line PCD – Dimep (G055B26201)

Essa contradição reforça que o certame possui ausência de padronização técnica, elevado risco de confusão e inadequação do objeto.

A contradição, visivelmente imposta pelo edital, além de ferir os princípios da isonomia e da competitividade, prejudica o interesse público, que deve sempre buscar a melhor proposta técnica e economicamente vantajosa. (...)”

3.1. Ao final, pede *"o provimento da presente impugnação, com efeito para que seja impugnado o edital em questão, em razão dos vícios apontados, que violam os princípios da isonomia, competitividade, impessoalidade e economicidade, os quais impedem a realização de um certame justo, competitivo e em conformidade com os princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas"*.

4. Por sua vez, a V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA, noticia:

"Ocorre que, da análise detida do Anexo I (Termo de Referência) e do Anexo A (Especificações e Modelos de Referência), notadamente nas descrições técnicas detalhadas e na seção de Modelos de Referência, verificou-se a presença de exigências que, inequivocamente, configuram direcionamento e inviabilizam a participação de fabricantes diversos, senão de um único: a marca **DIMEP**.

As restrições à competitividade são evidenciadas por:

**1. Referência Direta à Marca e Modelos na Seção "Modelos de Referência" (Anexo A):** A citação expressa de produtos de um único fabricante, como "CATRACA BAP FANCY LINE COM TRÊS BRAÇOS SEM URNA- DIMEP (G055B26000QR)", "LEITOR FACE ACESS S-DIMEP (G05504680)", e "SOFTWARE DMP ACESS II-DIMEP", indica uma clara preferência e serve como balizador excludente para o mercado.

**2. Reprodução de Descrições Técnicas Proprietárias:** Constata-se que diversas descrições técnicas exigidas para os equipamentos e, principalmente, para o software de gerenciamento (ITEM 3 do Anexo A), reproduzem fielmente especificações e funcionalidades presentes em sites e materiais comerciais da marca já referenciada. Tal detalhamento, que ultrapassa os requisitos mínimos de desempenho e funcionalidade, torna impossível o enquadramento de soluções de outros fornecedores, ainda que perfeitamente capazes de atender à necessidade da Contratante.

**3. Restrição Indevida à Competitividade do Certame:** O conjunto das especificações técnicas detalhadas e as referências a uma única marca restringem de forma significativa e injustificada o universo de licitantes, permitindo, na prática, a participação exclusiva da marca **DIMEP** e seus revendedores, em evidente prejuízo aos princípios básicos que regem as licitações.

(...)

A inclusão de modelos específicos de um único fabricante (**DIMEP**) na seção **Modelos de Referência** (Anexo A) e a reprodução de características técnicas proprietárias **não se enquadram em nenhuma das hipóteses excepcionais listadas acima**, nem foram acompanhadas da devida e robusta justificação técnica nos autos do processo, conforme exigido pela Lei.

No presente caso, o mercado oferece diversas soluções de controle de acesso (catracas, leitores faciais e softwares) que atendem integralmente à necessidade do TRE-BA, tornando injustificável a reprodução de especificações exclusivas de um único fornecedor ou o direcionamento implícito à marca DIMEP."

(grifos originais)

4.1. De forma semelhante ao pedido da outra Impugnante, a empresa V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA pleiteia:

"1. **A Retificação Imediata do Edital**, notadamente do Anexo I (Termo de Referência) e do Anexo A (Especificações e Modelos de Referência), para que sejam **suprimidas todas e quaisquer referências diretas ou implícitas à marca DIMEP ou a modelos específicos**, bem como sejam **revisadas e adequadas as descrições técnicas** para requisitos genéricos de **desempenho e funcionalidades mínimas**, de modo a permitir a ampla participação de todos os fabricantes de soluções técnica e funcionalmente equivalentes no mercado.

2. **Abertura de Novo Prazo para Apresentação de Propostas**, em caso de acolhimento da Impugnação, sob pena de nulidade do certame."

(grifos originais)

5. O Pregoeiro, por ocasião da primeira Impugnação (doc. nº 3627923), quis ouvir a unidade demandante, alegando *"se tratar de questões eminentemente técnicas"*, inclusive ressaltando da necessidade de se apresentar *"a devida fundamentação para manutenção das especificações descritas no edital"* (doc. nº 3627993).

6. Assim feito, a ASSEGIN, por meio do doc. nº 3634397, fez circunstanciada manifestação, merecendo destacar:

"As especificações constantes do Termo de Referência foram elaboradas com base em **estudos técnicos preliminares**, contemplando:

requisitos de desempenho e robustez necessários ao controle de acesso;

compatibilidade com o sistema lógico em implantação;

padrões de acessibilidade, especialmente para o item PCD;

critérios de segurança física, como sensores, barreiras anti-retorno e resistência;

exigências de interoperabilidade via TCP/IP e protocolos usuais do mercado;

expectativa de vida útil e facilidade de manutenção.

Tais requisitos visam garantir a **eficiência operacional**, a **padronização tecnológica** e a **continuidade do serviço**.

## **2. Da inexistência de direcionamento ou restrição indevida**

A eventual coincidência de características com produtos de determinado fabricante **não configura direcionamento**, uma vez que:

não há a indicação de marca;

as especificações sejam justificadas pela necessidade do serviço;

seja permitida a apresentação de produtos equivalentes.

**Há sim uma descrição precisa e detalhada das características técnicas e de desempenho dos equipamentos a serem adquiridos**, sem a imposição de marca, os modelos são referenciais e pontos de partida mínimos das soluções pretendidas, o que por si só assegura a possibilidade de **equipamentos equivalentes**, reforçando a amplitude competitiva, pois qualquer empresa, que assim desejar, pode oferecer soluções iguais ou superiores sob o princípio da proposta mais vantajosa.

Ademais, ao realizar uma simples busca em portais de acesso amplo e irrestrito, no mercado de catracas eletrônicas, foram identificados vários equipamentos que

atendem ou superam o descritivo proposto, ou seja, diversos fabricantes atendem aos requisitos estabelecidos, afastando a tese de incompatibilidade exclusiva.

(...)

### C. Especificação do Objeto

As características inseridas no edital constituem **requisitos mínimos essenciais**, sem extrapolar o necessário para garantir desempenho e compatibilidade.

(..)

### F. Critérios Técnicos Necessários

O edital apresenta **apenas requisitos essenciais**, vinculados à finalidade da contratação, não havendo elementos supérfluos ou restrições incompatíveis com o mercado.

Após exame minucioso, verifica-se que:

as especificações são **necessárias, justificadas e proporcionais**;

não há indicação de marca, direta ou indireta;

não se verifica restrição ilícita à competitividade;

a impugnação **não trouxe demonstração técnica** de exclusividade de fabricante;

existem equipamentos de **múltiplos fornecedores** capazes de atender às exigências."

6.1. Ato contínuo, a unidade afirmou manter *"integralmente as especificações dos itens 1 e 2 do edital, por atenderem ao interesse público, às normas legais, a ampla concorrência e aos requisitos funcionais do órgão"*.

7. Quanto ao momento da segunda Impugnação (doc. nº 3638528), o Pregoeiro, considerando a semelhança das situações, deixou de fazer novo encaminhamento à área demandante, sendo que, antes, mediante doc. nº 3636265, tratando da primeira Impugnação, concluiu da seguinte forma:

"Pesquisando a manifestação do setor demandante depreende-se que embora o setor não tenha indicado as marcas que atendem as especificações do termo de referência essa se manifestou de que não há restrição, tendo em vista que esse pregoeiro não tem conhecimento técnico do objeto licitado manifesto pela análise do setor técnico que tenha *expertise* do objeto licitado."

7.1. Ainda assim, solicitou *"a especial análise da autoridade superior"*, sem que qualquer *setor técnico com expertise* no objeto licitado fosse demandado, ou mesmo citado, visando à complementar e/ou esclarecer qualquer questão.

8. Todavia, a ASSEGIN, certamente se antecipando a eventual diligência, encartou manifestação complementar (doc. nº 3637562), desta vez com inserção de *links* referentes a determinados equipamentos/marcas, tendo, ainda, consignado:

"Em complemento a manifestação 3634397, exarada por esta Assessoria, apresentamos, após a pesquisa de mercado realizada em portais de acesso de fontes abertas, a indicação de marcas capazes de fornecer catracas de controle de acesso para uso interno em aderência às especificações do termo de referência.

Saliento que essa pesquisa foi realizada mediante consulta a sites de fabricantes e integradores nacionais de soluções de controle de acesso, com foco em:

Catracas com reconhecimento facial;

Integração com leitores de proximidade e RFID;

Compatibilidade com operação em rede TCP/IP;

Aplicação em ambientes internos com fluxo intenso de pessoas.

Foram localizadas diversas empresas com portfólio de catracas e/ou soluções integradas (catraca + terminal facial) com características técnicas similares às

especificadas."

8.1. Nesta linha, a unidade citou e disponibilizou *links* das marcas [Control iD](#), [Intelbras](#), bem como reafirmou do atendimento pela marca DIMEP e acresceu informações das marcas Madis, Tecnoponto, Garen, PontoSystem, sendo que, de relação à última, ressaltou da ausência de alguns itens que a impediriam de ser, *in casu*, uma "marca potencialmente competitiva".

8.2. Por fim, asseverou:

"A partir da pesquisa realizada, verifica-se que:

1. Reconhecimento facial: Diversos fabricantes (Control iD, Madis, Dimep, Intelbras, Topdata, entre outros) oferecem catracas ou terminais de acesso com reconhecimento facial integrado, com capacidade de cadastro de milhares de usuários, compatível com exigências como "até 5.000 usuários" e até patamares superiores, a depender do modelo.
2. Operação em rede e modos on-line/off-line: As soluções analisadas são projetadas para operação em rede TCP/IP, com integração a software de controle de acesso, monitoramento em tempo real e funcionamento em modo on-line, prevendo rotinas de contingência off-line e posterior sincronização de dados com o servidor, conforme descrito pelas plataformas de controle de acesso (por exemplo, DMP Access II da Dimep e as plataformas de Control iD e Madis).
3. Catracas tripé em aço inox para uso interno: Os fabricantes nacionais de catracas trabalham, em sua grande maioria, com estruturas em aço inox, modelo tripé, dimensões semelhantes às usualmente especificadas em editais e adequadas a fluxo diário intenso de pessoas, inclusive com recursos de amortecimento de giro, pictogramas luminosos e contadores de giros.
4. Múltiplos meios de identificação (facial + cartão): É recorrente, no mercado, a oferta de equipamentos e soluções que combinam reconhecimento facial com cartões de proximidade (125 kHz) e/ou RFID 13,56 MHz (como MIFARE), seja acoplado diretamente à catraca, seja por meio de controladores externos integrados.
5. Funções de emergência e rota de fuga: Fabricantes de destaque no setor apontam conformidade com requisitos de segurança, como liberação automática de catracas em emergências e adequação a normas de Corpo de Bombeiros, demonstrando que o mercado já dispõe de catracas que atendem a exigências relacionadas a queda de braços e liberação de passagem em caso de falta de energia ou alarme de incêndio.

Em síntese, as características técnicas exigidas no edital – embora detalhadas – não se mostram exclusivas de um único fabricante, havendo no mercado nacional múltiplas empresas com condições de fornecer catracas de controle de acesso com reconhecimento facial, leitores múltiplos, estrutura em aço inox e integração a software de gestão. Conclui-se, assim, pela existência de múltiplas alternativas técnicas."

9. Agora, de modo derradeiro, foi juntado *pedido de esclarecimento* (doc. nº 3639779), cujo teor requer tratamento de Impugnação, como, acertadamente, concluiu o Pregoeiro (doc. nº 3639792), e que, em verdade, está diretamente relacionado aos pleitos das empresas INTELIGATE TECNOLOGIAS DE ACESSO LTDA e V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA. A solicitação de *esclarecimento*, traz:

**"Considerando que o edital exige que a tampa do equipamento seja em acrílico com espelho em aço inox, solicito esclarecimento sobre a necessidade técnica dessa combinação específica de materiais. Tal característica aparenta ser exclusiva do fabricante Dimep, enquanto outros fabricantes do mercado utilizam tampas em acrílico, ABS ou totalmente em inox, sem prejuízo funcional.**

Dessa forma, questiona-se: **qual a justificativa técnica para a exigência dessa característica estética, tendo em vista que ela não interfere no desempenho do equipamento, e considerando que a robustez já está assegurada pela**

**especificação do uso de aço inox 304, independentemente da composição estética da tampa?**

Adicionalmente, o edital estabelece a necessidade de comunicação Ethernet 10/100/1000 (Gigabit), requisito que também restringe a participação de vários fabricantes, embora o tráfego de dados de controle de acesso não demande comunicação Gigabit, sendo plenamente atendido por interfaces 10/100. Assim, solicita-se esclarecimento quanto à justificativa técnica para essa exigência específica, visando garantir ampla competitividade no certame."

(grifos nossos)

9.1. O Pregoeiro apenas submeteu ao nosso conhecimento (doc. nº 3639792) essa última peça.

É o Relatório.

10. Pois bem. Voltando a atenção para a especificação dos bens, ora questionada pelas empresas, inclusive a que apenas pediu esclarecimentos, forçoso reconhecer um **aparente excesso de informações**. Neste ponto, da leitura aos *links* disponibilizados pela ASSEGIN, no doc. nº 3637562, esta unidade de assessoramento igualmente reconhece não ter identificado, **com tamanho nível de detalhamento**, as descrições ora vistas no ato convocatório, fato que merece especial atenção. Sequer conseguimos confirmar, ou mesmo negar, que nas descrições feitas nesta Casa aparecem **informações meramente estéticas**, como sugerido e relatado acima

10.1. Em outra vertente, no que diz respeito à citação de *marca referencial*, também questionada pelas Impugnantes, **afirmamos da legitimidade da medida**, já vista usualmente em licitações deflagradas pela Administração Pública e atualmente prevista na nova lei de licitações. Em verdade, desde 2016, o TCU admitiu a prática, de modo excepcional e condicionada ao preenchimento de alguns requisitos (Acórdão 113/2026 - Plenário).

11. Neste ponto, cumpre trazer, então, da Lei nº 14133/2021, as seguintes disposições:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º **O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:**

I - **especificação do produto**, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, **observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;**

(...)

Art. 41. **No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:**

I - **indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado**, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) **quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"**

(grifos nossos)

11.1. Portanto, permanece, mesmo após o advento da nova lei de licitações, a vedação à indicação de marcas, apenas se admitindo para fins de padronização; em razão de obrigatoria

compatibilidade; por ser a única a atender às necessidades da Administração e, por último, como forma de melhor identificar as características do bem, servindo a citação apenas como referencial a ser seguido pelas licitantes, que não estarão impedidas de ofertar outras marcas. Ademais, **a vedação abarcará também a descrição que apenas seja atendida por uma única marca**, situação ora aventada pelas empresas.

12. Em verdade, para guardar consonância com as normas e orientações vigentes, ao se especificar os bens, é preciso ter cuidado, pois a *"definição não deve contemplar especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes, sob risco de frustrar ou limitar indevidamente o caráter competitivo da licitação, podendo até direcionar a licitação para fornecedor específico"*, nos termos expressamente vistos no [Manual do TCU](#), em sua edição mais atual (tópico 4.3.1 - Definição do objeto).

13. Evidentemente, **a análise referida pelo Pregoeiro** (*"... manifesto pela análise do setor técnico que tenha expertise do objeto licitado"* - doc. nº 3636265 ) **não competiria a esta Assessoria Jurídica**.

13.1. Porém, à vista da lei e, ainda, da manifestação da unidade demandante, notadamente daquela feita em caráter complementar (doc. nº 3637562), julgamos que as impugnações somente não seriam acolhidas se, **inequivocadamente, restasse comprovado que mais de uma marca atenderia plenamente às especificações do edital e, ainda, restasse afirmado da essencialidade de todos aqueles itens/atributos, caso poucas marcas atendessem**.

13.2. Afinal, paira uma sensação de que, para os equipamentos em questão, **será relevante** a oferta de produtos nos seguintes termos: *"catracas de controle de acesso com reconhecimento facial, leitores múltiplos, estrutura em aço inox e integração a software de gestão"* (doc. nº 3637562, parte final).

14. Ante todo o exposto, opinamos, *ad cautelam*, pelo **acolhimento das Impugnações** contidas nos docs. nºs. docs. nºs. 3627923, 3638528 e 3639779, a fim de que o ato convocatório seja alterado, recomendando-se, ainda, que a Administração proceda à reavaliação das especificações do objeto, de modo a afastar qualquer descrição que se dirija exclusivamente para marca específica, antes da feitura de nova documentação, atentando-se, na ocasião, para a definição *concisa, clara e objetiva*, e descartadas, por outro lado, informações *específicas, desnecessárias ou irrelevantes*.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza**, Assessor Jurídico, em 11/12/2025, às 14:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3639261** e o código CRC **4BD36850**.